



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



# **9**

## *Discurso na solenidade de premiação do Programa de Incentivo à Gestão Fiscal Responsável*

**PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 17 DE JULHO DE 2002**

*Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Companheiros de mesa, notadamente os Ministros que nos recepcionam hoje, que são o Ministro Celso Lafer e o Ministro do Planejamento, Guilherme Dias, que aqui acabou de falar; Doutor Alcenaldo Gomes Barbosa, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade; Senhores Prefeitos, Senhoras Prefeitas, Senhores Vereadores e todos os que aqui estão, nesta manhã,*

Em primeiro lugar, quero dizer que fiquei emocionado de ver o modo pelo qual os prefeitos receberam, aqui, este Certificado de Competência e de Responsabilidade Fiscal. Parecia que estávamos assistindo ao Penta. E tomara seja possível, daqui a quatro anos, ver esse mesmo entusiasmo dos nossos prefeitos, de cumprir aquilo que é um almejo nacional, que é de ter uma gestão competente e equilibrada.

E, também, gostei de ver o modo pelo qual o prefeito que falou em nome de todos os prefeitos, já cobrou do Presidente a BR-101. Posso dizer que está paga a promessa da campanha, porque a BR-101, até Florianópolis, está feita e nós já assinamos a ordem de serviço para a continuação da obra até o Rio Grande do Sul.

Mas quero me congratular com o Ministério do Planejamento e com o Conselho Federal de Contabilidade, pela iniciativa da criação desse Certificado de Gestão Fiscal Responsável.

Como o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão acabou de dizer, após terem transcorrido mais de dois anos de entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, não há forma mais adequada de assinalar o seu êxito do que premiar as municipalidades que se distinguem por uma judiciosa administração das suas contas.

Já tive o prazer de cumprimentar diretamente os três primeiros colocados, mas eu queria, também, estender a minha saudação a todos os 45 prefeitos que foram agraciados e que dão, verdadeiramente, um exemplo ao nosso país.

É, na verdade, na base da Federação, nos milhares de municípios espalhados pelo Brasil que se pode aferir o alcance das mudanças práticas que se seguiram à aprovação da lei.

E queria acrescentar o seguinte: eu aprendi, de tanto que ouvi, com o entusiasmo do ex-Governador Franco Montoro, a respeito da necessidade da descentralização administrativa e da valorização do município, que um país como o nosso não tem outro caminho. Um país com 8 milhões e meio de Km<sup>2</sup>, com quase 180 milhões de habitantes, ou confia nas administrações locais ou, então, se perde em especulações vazias, aqui em Brasília. Eu confiei nas administrações locais.

Nesses quase oito anos de gestão, nós descentralizamos a Administração Pública como nunca, na história do Brasil. Hoje, os recursos passam pelo Tesouro Federal.

Quantas vezes ouço falar da carga tributária, que, aliás, é muito elevada mesmo. Mas, poucas vezes ouço dizer que essa carga, no que diz respeito ao Governo Federal, tem uma passagem por Brasília, mas ela tem um destino, que são os municípios, diretamente, no que diz respeito à educação, no que diz respeito à saúde, no que diz respeito à reforma agrária e assim por diante. Nós descentralizamos.

A descentralização, se não viesse seguida da responsabilidade no exercício da administração, pelos prefeitos, seria um fracasso. Como veio seguida por isso, foi um êxito. Êxito maior para os prefeitos do que

para o Presidente, cujas ações, muitas vezes, são até desconhecidas da população, posto que elas se materializam através da ação dos prefeitos.

Mas, não importa. O que importa é que é assim que deve ser. O que importa é que a população, como acabou de dizer um dos nossos queridos prefeitos, no seu município a população está satisfeita com a vida e com a administração. É isso que conta para um país crescer.

De modo que eu acho que a ação desses milhares de prefeitos, prefeituras, câmaras e o controle social exercido pela população é que assegura a possibilidade de o Brasil, realmente, ter um futuro, como tem, um futuro que vai ser, cada vez, de mais progresso e de maior bem-estar.

Quero dizer que nesse esforço que todos nós fizemos, de descentralização e de aprovação de leis compatíveis com a descentralização, coube um papel muito importante ao ex-Ministro Martus Tavares que, hoje, está servindo o Brasil no BID. Ele ajudou muito a fazer aquilo que segue com o Ministro Guilherme Dias, no sentido de nós termos, efetivamente, uma ação responsável. Mas este não foi um avanço só do Governo e do Congresso Federal, é um avanço, na verdade, de toda a sociedade brasileira.

Acho que podemos dizer que nós estamos realizando uma verdadeira revolução na administração pública brasileira, ao passar de uma centralização exasperante para uma descentralização que começa a ser triunfante. Nós estamos realmente reformulando o Estado brasileiro. O Estado não apenas no sentido nacional, mas as três ordens da Administração: Federal, Estadual e Municipal. Nós estamos fazendo um acerto de contas com uma tradição de desperdício dos recursos públicos e quando não da acintosa utilização do Tesouro, do Erário, dos recursos para fins privados. Nós sabemos, todos, do peso da cultura patrimonialista, no processo da nossa formação histórica, que fazia uma confusão grande entre o bem público e o bem privado. Nós sabemos todos, de experiência histórica, que quanto mais haja centralização, maior é o risco de que esse patrimonialismo se disfarce e se perpetue, através dessas confusões entre o público e o privado.

Pois bem. Essa Lei de Responsabilidade Fiscal é, portanto, o símbolo da ruptura com esse estado de coisas, que muitos supunham atávico, a

despeito de uma imensa evolução da economia e da própria sociedade brasileira. Essa lei traduz a linguagem de Estado responsável, e por isso mesmo virtuoso. E a regra básica dessa nova linguagem é de que o equilíbrio no Orçamento é a pedra de toque de uma boa administração. É preciso acabar com tendência de gastar mais do que se arrecada, sem que se tenha a capacidade de endividamento. Essa é uma regra muito simples. Naturalmente, o preceito da responsabilidade fiscal há de ter garantias, controles, para que ele adquira eficácia, e isso foi precisamente o que essa lei trouxe ao fixar limites, com penalidades correspondentes, para o gasto de pessoal e ao definir metas fiscais para a gestão orçamentária.

Uma vez promulgada a lei, outros passos legislativos se fizeram necessários para dar guarida institucional à reorientação de rumo na gestão da política brasileira. Foi por isso que encaminhei ao Senado Federal proposta para fixação dos limites para a dívida consolidada da União, Estados e municípios, e ao Congresso Nacional a proposta de limites para a dívida mobiliária da União.

Sabem todos os presentes que, nesses momentos, ainda mais agora, em época eleitoral, o exercício de uma administração virtuosa não é fácil. Mas, esses limites serão respeitados pelo Governo Federal, doa a quem doer. E, também, foi enviado ao Congresso um projeto de lei que prevê a criação do Conselho de Gestão Fiscal, que irá harmonizar e coordenar as práticas relativas à gestão fiscal, das diferentes unidades da Federação. Folgo em ter ouvido, como ouvi há pouco, o Ministro Guilherme Dias dizer que nós tínhamos apenas três Estados que tinham dificuldades em responder aos ditames da lei, e que a imensa maioria das prefeituras conseguiu se ajustar.

E se nós estamos arrematando a modernização institucional requerida pela lei, não há como negar que já impera um novo paradigma de gestão orçamentária no Brasil. Alguns, sempre nostálgicos da incúria orçamentária, se apegaram ao sofisma de uma suposta incompatibilidade entre o rigor fiscal, preconizado pela lei, de um lado, e as necessidades sociais de outro. Esquecem que o Brasil não esqueceu moléstia social maior do que a perda do poder aquisitivo, causado pela imprevi-

dência orçamentária e pelo seu corolário direto, que é a inflação. Esses insistentes nessa incúria esquecem os exemplos que se avolumam no país afora, mostrando que políticas sociais podem e devem ser executadas com os recursos efetivamente arrecadados. É assim que temos feito no Governo Federal, com os resultados mais positivos. É assim que os senhores prefeitos, que estão cumprindo a lei, têm feito, nos seus municípios, e os números falam por si.

Em 1995, 10% das crianças brasileiras estavam fora da escola. Essa proporção, graças ao zelo do Ministro Paulo Renato, aqui presente, ao esforço do Ministério da Educação, no seu conjunto e à eficácia das ações, no nível local, inclusive da sociedade e, inclusive, dos professores e dos movimentos das organizações não-governamentais – que têm uma preocupação crescente com a educação – caiu, nós já nos aproximamos de zero, ao final deste ano. Quer dizer, estamos acabando com esse processo.

E mais, o progresso é muito mais acentuado se considerarmos a faixa das crianças mais pobres e, sobretudo, das crianças negras que, em geral, são as mais pobres. A expansão do acesso à escola se fez acompanhar – é bom que se repita isso, também – da melhoria da qualidade do ensino. Porque tenho visto muita gente, precipitadamente, dizer: “Ah, bom, aumentou o número de matrículas, mas não houve atenção à qualidade do ensino.” Engano. Houve, realmente, um aumento grande do número das crianças que conseguiram completar o primeiro grau, 67% a mais do que em 1994.

E isso é um indicador, obviamente, da qualidade do ensino que está melhorando, posto que a repetência era a tragédia nacional. Houve programas específicos, de ajustar a idade das crianças a cada classe, houve programas de promoção automática, para combater a repetência. E, agora, os resultados começam a aparecer.

No ensino médio, aumentou ainda mais o número dos que completaram seus cursos, em 102%. Dobramos os índices de término do ensino médio nessa área.

Portanto, o equilíbrio fiscal, o ajuste fiscal, todos esses mecanismos que os senhores aplicaram, na prática, não foram em detrimento do

bem-estar social, foram condição para que, ao mesmo tempo, houvesse programas que permitissem a ampliação do acesso à educação.

Não são diferentes os números, no que diz respeito aos avanços da saúde pública. A mortalidade infantil diminuiu, de 1991 ao ano 2000, portanto, em 9 anos, de quase 48 por mil para quase 29 por mil, 29,6 por mil. É muito significativo dizer-se que essa redução operou com maior rapidez no Nordeste do que na média do Brasil. Porque era lá onde havia disparidade maior. E, portanto, isso quer dizer que os programas sociais estão atingindo, realmente, os mais necessitados. São programas que são focalizados.

Também, as campanhas de prevenção e a distribuição gratuita de medicamentos, por exemplo, no caso da AIDS, isso é reconhecido internacionalmente. Ainda agora, numa reunião havida em Barcelona – com a presença dos ex-Presidentes Nelson Mandela, Bill Clinton e outros notáveis do mundo – se reconheceu, publicamente, o Programa de Combate à AIDS aqui, do Brasil, e nós conseguimos diminuir as mortes causadas pela AIDS em 64%, de 1995 ao ano 2000, graças ao mesmo procedimento, ao apelo às organizações não-governamentais, ao trabalho do voluntariado, à consciência da sociedade sobre essa questão, a de não termos medo de colocar, na televisão, anúncios em forma de comunicação que tocavam no problema da AIDS, e ao fato de que conseguimos fazer com que houvesse a distribuição gratuita de todo o tratamento da AIDS. Isso, hoje, é reconhecido no mundo todo, e o Brasil está sendo pressionado para prestar colaboração em cerca de 20 países, a maioria dos quais na África.

Da mesma maneira, o Programa de Saúde da Família atinge, hoje, 50 milhões de brasileiros. São programas que vão aos mais pobres, feito sempre com colaboração com o município, com o Estado e com a sociedade civil. Sempre é possível olhar para o outro lado: “Ah, mas só 50 milhões? Nós somos 180.” Sim, mas era zero, ou era quase zero e se chegou a 50. O caminho está, portanto, traçado. O número de agentes comunitários de saúde aumentou de 29 mil para quase 160 mil, que atendem às populações de baixa renda.

De modo que é possível avançar de maneira eficiente, no combate à miséria, no nosso país, em função de uma gestão fiscal responsável.

Quero dizer, também, que isso foi feito sem que houvesse diminuição do salário mínimo, ao contrário do que alguns apregoam e, às vezes, as pessoas, desavisadamente, repetem. Na verdade o salário mínimo triplicou, depois do lançamento do Real, e a elevação da cesta básica foi de 40%.

Portanto, em termos de comparação com aquilo que conta para o salário mínimo, que é a cesta básica, nós tivemos um aumento significativo que, naturalmente, olhado do ângulo do que nós gostaríamos que fosse, é muito pouco. Olhado do ângulo daqueles 10% da população, que é a mais bem aquinhoadada, parece até mínimo o que há de aumento. Mas, na verdade, quando se olha comparativamente se pode dizer, com tranquilidade, que nós tivemos um aumento de 3 vezes: o salário que era de 64 reais hoje é de 200 reais, e a cesta básica, que era de cento e poucos, hoje é de 150 reais.

Portanto, aumentou 40% e o salário mínimo aumentou muito mais. A proporção dos brasileiros que recebem salário mínimo diminui, crescentemente, posto que todos ganham mais que um salário mínimo, ficando o salário mínimo crescentemente sendo um problema na gestão no INSS. Um problema muito mais fiscal, previdenciário, que um problema de mercado de trabalho.

Com tudo isso, embora nós quiséssemos ter feito muito mais, na verdade, houve uma redução do nível de pobreza, que caiu de 43%, em 94, para cerca de 30%, em 2000. Se se quiser fazer a crítica superficial, dir-se-á: "30% de 180 são mais de 50 milhões." Esquecendo que se não houvesse essa redução seriam muito mais do que isso. E que, portanto, não se resolve de um dia para a noite, mas que as políticas sociais, com uma boa gestão fiscal, são capazes de abrir caminhos para uma melhoria crescente. E isso, naturalmente, se fez em função desses programas e se fez, também, em função do controle da inflação.

Quero dizer, também, de todo o esforço fiscal feito, com superávits fiscais que nós temos que fazer, para segurar a expansão da dívida. Dívida essa que, repito, a herdei e cujo esqueleto expusemos no Tesouro, mostramos ao país que existiam porque já estavam lá, escondidos, apenas não se os mostrava. E, por consequência, aumentou.

E, também, porque assumimos, o Governo Federal, as dívidas dos Estados e dos municípios e dando uma taxa de juros mais conveniente aos Estados e municípios e pagando, o Governo Federal, as taxas de juros mais elevadas.

Pois bem, a despeito de termos, portanto, que manter uma política responsável, com superávits fiscais, foi possível realizar o que mencionei aqui. Mencionei só alguns. Nem falei da reforma agrária, por exemplo, nem do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que é um trabalho avançado, nem do fato de que a Loas, que é a Lei Orgânica de Assistência Social permite que, hoje, os idosos, recebam auxílio. Nem falei do fato de que os portadores de deficiências físicas também recebem um auxílio.

Tudo isso não existia e nós fizemos, graças à gestão fiscal responsável, e foi possível, em função disso, criar, também, o que nós chamamos uma rede de proteção social do Governo Federal. E, quantas vezes ouço dizer: “Ah, meu Deus, e a distribuição de renda?”

Bem, estatísticas são observações registradas que requerem conhecimento e interpretação. Eu não sou economista, mas sou sociólogo. Não sou estatístico, mas estudei estatística. Muitas vezes, quando se olham esses números, não se sabe o que está por trás deles.

Quantas vezes ouço dizer: “Ah, mas, aqui, é xeque-mate no esforço do Governo Federal e dos governos, em geral. Não houve melhoria na distribuição de renda.” É verdade que, quando se olha o Coeficiente de Gini, que é uma medida estatística que mostra isso, houve uma pequeníssima melhoria, nesses anos.

Por aí, já poderia dizer: “Bom, fizemos o ajuste fiscal, aumentamos o superávit e não houve piora.” Mas, não é isso que o Coeficiente de Gini mostra. O Coeficiente de Gini mostra uma relação entre quem mais ganha e quem menos ganha. Essa relação tem que ser analisada com cuidado.

Por exemplo, nos Estados Unidos ou na Inglaterra, o Coeficiente de Gini, hoje, vai mostrar piora. E será que o povo americano piorou? Não, está mostrando outra coisa. Está mostrando que, apesar de ter melhorado, os mais ricos melhoraram mais depressa do que os mais pobres.

Na África, o contrário, o Coeficiente de Gini mostra que melhorou. Por quê? Porque a disparidade diminuiu. Mas, será que os africanos estão vivendo melhor? Não. Estão vivendo pior. Só que piorou tanto que os mais ricos ficaram mais pobres, e os mais pobres continuaram mais pobres, ou ainda ficaram mais pobres. Então, na África, o Coeficiente de Gini foi bem e, nos Estados Unidos, foi mal. Se não se vê isso, o que significa esse indicador, isso é um instrumento de ação política, de debate político, mas que não tem uma tradução na realidade.

Na Inglaterra, durante um século, o Coeficiente de Gini não se moveu, e a população melhorou, porque a população toda subiu. A questão nossa é saber, no Brasil, se ao não melhorar o Coeficiente de Gini, todo mundo melhorou, ou alguns melhoraram mais que outros. Quando não se moveu, o Coeficiente de Gini está dizendo que a desigualdade não piorou. Agora, o nível de vida pode ter melhorado, como de fato. E é o que explica que, apesar de se dizer que o Coeficiente de Gini não demonstra, houve uma melhoria.

Por outro lado, o Coeficiente de Gini mede a distribuição da renda entre o trabalho e capital. Mas não mostra – e é por isso que fiz essa longa, perdoe-me, velho vício de professor, digressão sobre como se analisa um dado, sem ser com a vontade política de distorcer. Eu mostrei tudo isso para dizer o seguinte: o Governo Federal, com a ajuda dos governos estaduais e dos municípios, pela primeira vez, na história do Brasil, constituiu mecanismos regulares de certo vulto, para distribuir renda. E essa renda, como não é renda do trabalho, não é computada no Coeficiente de Gini.

Os programas sociais que os setores sociais manejam, distribuem hoje, sob a forma direta, cerca de 30 bilhões de reais. Trinta bilhões de reais equivalem, aproximadamente, a tudo que a União recolhe do Imposto de Renda. Da renda pessoal e da renda das empresas. Esse dinheiro – não é assim, porque a caixa é única no Tesouro – seria equivalente a todo Imposto de Renda. O Governo Federal toma das pessoas, passa, através dos municípios ou diretamente, através da Caixa Econômica Federal e dos vários cartões, sobretudo para a mulher, para a mãe de família. E isso é redistribuído. Portanto, quando se diz que não houve

redistribuição de renda, fala-se do que não se sabe. Porque a outra redistribuição é no mercado de trabalho. Aí é a empresa e a luta social que têm que atuar para alterar a proporção.

O que o Governo faz, quando redistribui renda, é o que nós estamos fazendo, é tomar dos que mais têm. Embora tenha um pouco, porque quem paga Imposto de Renda somos nós, assalariados, que não temos muito, mas temos mais do que os miseráveis, e tomamos esse dinheiro e passamos diretamente aos que mais precisam. Há, portanto, um processo de redistribuição de renda que fica à margem do Coeficiente de Gini, porque isso não é renda do trabalho, isso não é computado.

Então, o Brasil, efetivamente, conseguiu fazer, e graças aos senhores e às senhoras, essas transformações todas na gestão da Administração Pública, na gestão financeira, com responsabilidade, levando adiante não só o equilíbrio fiscal, mas fazendo, lançando, pelo menos, as sementes para uma transformação social em profundidade. É preciso que, agora, com essa nova mentalidade, isso se transforme, não apenas num exercício de um Governo, os nossos, desses mandatos, e não importam os partidos, estamos todos na mesma luta fazendo. Porque é preciso que se continue com essa mentalidade, que haja, efetivamente, uma mudança efetiva. Essa mudança efetiva depende do controle social, depende da mídia registrar adequadamente o que está acontecendo e criticar, depende da ação das organizações sociais, dos sindicatos, das igrejas, de cobrarem que se leve adiante essa mesma mentalidade.

Mas, hoje, toda gente quer saber de onde vem o financiamento para o gasto. Isso é uma mudança muito importante. Não preciso me referir ao que já mencionei, que o teste está sendo passado com êxito, num ano difícil, que é um ano eleitoral. Mas tenho a confiança de que, de tal maneira está incutido na mentalidade dos brasileiros, hoje, a necessidade de prestar contas, a responsabilidade fiscal, de tal maneira, isso hoje deixou de ser letra morta de lei, ou aspiração de tecnocrata, e passou a ser vivência do administrador público e expectativa da população, que não tenho dúvidas de que nós vamos continuar nesse caminho.

Queria, por fim, dizer que, se nós tomamos iniciativas aqui, se o Congresso aprovou essas iniciativas, se discutiu, se houve um empenho

nisso tudo, o êxito dessa mudança de mentalidade está nas mãos da população. Mas está, principalmente, nas mãos dos milhares de prefeitos e de prefeitas deste país, que entenderam que a época é outra. E porque entenderam que a época é outra, eles vêm aqui, e com palavras simples saem daqui como pentacampeões. Vamos ter confiança de que será mesmo nas próximas eleições, e daqui por diante, que nós podemos renovar esse campeonato. E que ele nunca mais saia das mãos dos prefeitos e das prefeitas.

Muito obrigado.